

AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO GOLPE DE ESTADO EM HONDURAS: AS RELAÇÕES DE PODER NO GOLPE DE ESTADO

Liliane Capile Charbel Novais¹
Edgardo F. Benítez²
Delaine Regina Bertoldi³

Resumo

Este artigo apresenta uma análise da função ideológica da Igreja Católica na participação do Golpe de Estado em Honduras no ano de 2009. Concebendo a instituição em perspectiva de disseminação ideológica dos segmentos políticos de poder dominante. O direcionamento político da Igreja Católica no processo de dominação da população hondurenha, realizou-se mediante uma série de ações orquestradas pela arquidiocese do Distrito Central, com o intuito de pacificar o povo, frente a violação democrática imposta por organizações políticas de extrema direita. A influência das políticas hegemônicas da Igreja produziram um consenso da ordem social, criando uma naturalização do processo antidemocrático do Golpe de Estado, guiados pelos interesses de manter os seus benefícios ligados ao poder, que historicamente têm tido desde os processos de colonização no novo mundo.

Palavras Chaves: Doutrinação; Hegemonia; Dominação; Consenso; Ideologia.

Resumen

Este artículo pretende hacer una presentación de la función ideológica de la Iglesia Católica en la participación del Golpe de Estado en Honduras en el año de 2009. Concibiendo la institución en perspectiva de la dimensión ideológica de los segmentos políticos del poder dominante. El direccionamiento político de la Iglesia Católica en el proceso de dominación de la población hondureña, se realizó mediante una serie de acciones orquestadas por la arquidiócesis del Distrito Central con la intención de pacificar el pueblo, frente a la violación democrática impuesta por organizaciones políticas de extrema derecha. La influencia de las políticas hegemónicas de la Iglesia producirán un consenso del orden social, creando una naturalización del proceso antidemocrático del golpe de Estado, guiados por los intereses de mantener sus beneficios ligados al poder, que históricamente han tenido desde los procesos de colonización en el nuevo mundo.

Palabras Claves: Adoctrinamiento; Hegemonía; Dominación; Consenso; Ideología.

¹ Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (1986), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1996) e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social - Mestrado ICHS/UFMT

² Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Honduras, Discente da Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso.

³ Graduada em Serviço Social pela da Universidade Federal de Mato Grosso, Discente da Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso.

1-Introdução

A conjuntura política de 2009 no Estado hondurenho estava direcionado para a ruptura da democracia nacional por interesses de oligarquias empresariais que estavam se organizando para tomar o poder estatal.

A classe dominante hondurenha se colocava nitidamente contra posicionamento político desenvolvido pelo presidente José Manuel Zelaya Rosales, quem estava ligado a uma corrente do partido Liberal de Honduras, a qual tinha uma direção da social democrata, contrapondo os interesses empresarias. Neste contexto a Igreja Católica tem cumprido um forte papel de apaziguamento e doutrinação da população. A interação da Igreja com Estado para a construção e manutenção dos bens e da propriedade privada, mediante a ajuda da sua obra “evangelizadora” tem possibilitado a preservação do status quo. Desta maneira na perspectiva gramsciana a instituição eclesial atua como uma organização reacionária na contenção da contra-hegemonia.

Esse paradigma do Estado hondurenho inviabiliza a emancipação humana, uma vez que, os processos educativos reproduzem a ideologia dominante. A intervenção dos intelectuais orgânicos em cenários políticos de golpe e rompimento com a democracia, se estabelece por elementos contra- hegemônicos que subsequentemente vão gerar uma percepção da mistificação do dogmatismo eclesial, sendo o ponto da lança dessa questão.

A Instituição Católica deveria ter como missão promover o desenvolvimento nas comunidades, seu posicionamento deveria ser de articulador entre comunidade e Estado com um viés de fortalecimento das democracias participativas na construção do bem-estar social.

Neste cataclismo a relação Igreja e Estado é ponto central deste artigo, partindo da compreensão do esvaziamento da democracia hondurenha, por interesses dominantes que configurou no Golpe de Estado de 2009. Desenvolvendo-se uma ordem política, social, econômico e cultural que demarcou a vida da atual res pública, gerando uma nova onda de controle.

Analisar o poder por parte da Igreja Católica através de uma orientação gramsciana é algo fundamental, para entender a estruturação ideológica perpassada pelas várias instituições culturais de formação organizativa da sociedade civil.

Em um horizonte de dominação, a função metódica da doutrinação é aplicada como legitimadora das crendices, tendo como espaço de divagação o santo sacro altar, sendo a fé a flecha, e o dogmatismo a espada. O resgate da democracia hondurenha se torna a cruzadas, para esse povo buscando libertar-se das alianças de poder.

A América Latina vem ao longo da história presenciando lutas de interesses antagônicos pelo poder do Estado, casos emblemáticos como o ocorrido na Venezuela, estabelecem uma bifurcação ideológica no interior do Estado.

2-ESTADO E IGREJA: uma relação histórica

As relações Igreja-Estado, segundo a sua evolução histórica, demarcam as linhas de base da formação do Estado Moderno cimentando o seu posicionamento secular⁴. Estas bases normativas são aplicadas na dimensão estatal, essa compreensão da organização social é pilar de sustentação dos estados latinos. O Estado de Honduras desde a sua formação se solidifica nessa relação desde seu primeiro estágio como província da Federação da América Central e depois como um Estado Independente.

O Estado Moderno é constituído como guardião da propriedade privada, deste modo a proteção de sua essência se gesta em um ambiente coercitivo. No cerne dessa questão se encontra a igreja como instrumento legitimador das desigualdades desenvolvidas em contextos históricos de expropriação da terra e dos meios de produção. A ideologia eclesial desde seu surgimento tem uma relação com os interesses da classe que exerce o poder.

As guerras religiosas, decorridas ao longo do tempo durante a formação das organizações sociais, são marcadas por seu posicionamento político frente às disputas de interesses. Um dos eventos mais marcante dessa direção foi à luta que durou 30 anos entre os reinados católicos ortodoxo contra reinados protestantes, esse fato terminou por fomentar o Tratado de Vestefália⁵ de 24 de Outubro de 1648, legitimando o latifúndio, onde os senhores

⁴ O secularismo francês, laicismo ou laicidade é um princípio político que rejeita a influência da Igreja na esfera pública do Estado, considerando que os assuntos religiosos devem pertencer somente à esfera privada do indivíduo.

⁵ A expressão “Estado westfaliano” tornou-se corrente. Estabeleceu-se um consenso em torno dessa suposta marca do código genético da configuração inter-estatal que teria perdurado até aos nossos dias. Ali se encontrariam todos os ingredientes de uma equação consagrada: nacionalidade + organização política sob forma de Estado + soberania + território. Vestefália seria o momento por excelência da transição entre a nebulosa da cristandade medieval e a modernidade das potências estatais de tal maneira que, com razão, se falaria de “Estado westfaliano”.

das terras se converteriam em reis e príncipes, a ligação do poder da Igreja repercutia nas esferas morais, éticas e espiritual, sendo este o caminho para obter a aceitação da subordinação ao poder centralizador da monarquia, sob o jugo das leis "*L'État c'est moi*"⁶. A opressão é revestida de leis divinas, facilitando o domínio dos súditos.

Assim ocorreu a integração da relação Estado e Igreja. Constituindo esta segunda instituição como elemento regulador das sociedades, não só como uma entidade que de interação subjetiva, mais como fundação cultural de opressão. Neste sentido a igreja é o Leviatã do Estado, contra a emancipação humana, uma vez que, degenera progressivamente as capacidades das mudanças das sociedades, isto se acontece geralmente quando a ideologia religiosa está ligada ao poder, criando uma perturbação pela obtenção ou mantimento da mesma.

Na análise gramsciana, a ideologia não se resume em perspectivas economicista. Ela é a forma inteligível que o homem compreende o mundo, através dos quadros estatais na manifestação da ação e da organização da sociedade civil, “é unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção” (GRAMSCI;2012; p.32).

A ideologia não é plataforma do plano espiritual, tão pouco reprodução de senso comum, a ideologia é pano de fundo da estrutura social, onde encontra-se materializada nas práticas, assim é constituidora do real. Ela é [...] uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas (GRAMSCI,2012; p.35). Neste sentido, a ideologia se identifica com a filosofia, com as superestruturas, com a política

Temos claro que as Igrejas são instituições vinculadas à vida do Estado, especificamente a representação da Igreja Católica não somente uma religião, vai além disso, já que é uma constituição do poder político no mundo desde a criação do Estado do Vaticano, a qual se conferiu por parte do Tratado de Latrão de 1929, resultado ao apoio que recebeu Benito Mussolini depois da Primeira Guerra Mundial, no século XX.

Esse arranjo ideológico ocorreu para manter os processos de doutrinação em Itália, as quais foram contrárias às ações da organização do proletariado mundial, proposta pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas-URSS, desde a sua revolução bolchevique, aliás

⁶ Para um maior aprofundamento da questão ler CASALI, Dimitri.

estes países contrastados com a ideologia hegemônica do Estado Liberal, traziam claramente o rompimento com as bases eclesiais de formação social.

Nas palavras de Gramsci:

Um outro ponto que deve ser fixado e desenvolvido é a “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. A “dupla perspectiva” pode se apresentar em vários graus, dos mais elementares aos mais complexos, que podem, no entanto, ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à dupla natureza do Centauro maquiavélico: ferina e humana, de força e de consenso, de autoridade e de hegemonia de violência civilidade, do momento individual e do momento universal (da “Igreja” e do “Estado), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia. (GRAMSCI; 2012; p. 34).

Foi por isso que Mussolini criou as alianças primeiramente com A Igreja Católica, posteriormente estes vínculos se estenderam como modelo para outros países onde se estava instaurando essa forma de governo reacionária, a qual se chamou fascismo.

Segundo o Tratado de Latrão:

Sua Santidade o Papa Pio XI a e Sua Majestade o Rei Vittorio Emanuele III Itália, acordaram em concluir um Tratado, nomeando para o efeito dois plenipotenciários, por Sua Santidade, o Cardeal Pietro Gasparri Rev.ma, seu secretário de Estado, e por Sua Majestade, Sua Excelência Benito Mussolini Knight, Primeira Ministro e Chefe do Governo; que, depois de terem trocado respectivos completos poderes e encontrou-os em boa e devida forma, acordaram os seguintes artigos.(VATICANO; Tratado de Latrão, 1929)

Após a Segunda Guerra Mundial se criaram novas instituições⁷ que ajudariam a conservar a ideologia do Estado moderno em seus aspectos político, social, econômico e culturais, conclamando como guardião da dignidade humana os Direitos Humanos, que apresentam e reivindicam o Estado pelo menos no plano normativo o elemento que preserva a sua laicidade o ser humano. Isto foi consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁸ de 1948.

⁷ Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC) e, mais recentemente, o Tribunal Penal Internacional (TPI)

⁸ Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

A assembleia Geral das Nações Unidas proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por

O Estado moderno se (re) cria ideologicamente, reafirmando sua concepção ideológica de dominação sob outras perspectivas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em seus artigos 2.1 e 2.2, estabelece aos Estados membros das Nações Unidas, os seguintes direcionamentos:

- 1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
- 2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948; p.01)

Na apreciação desta redação os artigos acima mencionados se colocam diante de, uma visão de Estado Laico, que é a promoção do acolhimento da diversidade humana imerso na bagagem cultural (quem dirige a cultura são praticamente as interações sociais) que pose um determinado espaço geográfico, sendo isto parte dos elementos constitutivos do Estado, (STRECK, 2003). Sob essa ótica a ideologia eclesial não deve adensar a ideologia dominante de poder, a Declaração devolve ao Estado o papel de ser o espaço das representações humanas.

3-O GOLPE DE ESTADO DE HONDURAS: o papel ideológico da Igreja

Durante o colonialismo espanhol e português em América Latina, se provocaram uma série de medidas brutais de imposição numa forma de viver totalmente distinta à que os povos originários desenvolviam. A evangelização doutrinária imposta a esses povos usava como forma de expressão ideológica de integração civilizatória, abolindo todo formato de demonstrações culturais pré-existentes limitando ao quadro do cristianismo.

promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

A imposição euro-crista alterou a concepção de mundo destas populações, domesticando para uma metodologia religiosa imposta aos indígenas logrou-se readequar sua composição sociocultural, generalizando à visão que os colonizadores tinham de mundo, essa agressão colaborou no processo de expropriação das terras pertencentes a esses povos. O euro- centrismo disseminou uma imagem dos povos originários de pseudo-humanos, ou que não tinham alma, ou seja, não eram humanos coube à ideologia religiosa torná-los humanos.

Para Lópes:

Quanto mais eles crescem piorar; para dez ou doze anos parecem ter saído com algum parentalidade; mas depois eles se tornaram como brutos; de qualquer maneira, eu nunca digo que Deus criou as pessoas para vícios e bestialidade cozidos, sem mistura de bondade ou de cortesia. (LÓPES, 1954.p.365.)⁹

Depois do período colonizador em América Central, começaram os processos independentistas¹⁰ contra a coroa espanhola. Entretanto o sistema religioso Católico se manteve inalterado dentro da criação da nova composição de Estado; as raízes arraigadas da evangelização no processo colonizador e de formação sociocultural dos povos latinos , não rompeu com o papel da Igreja dentro do Estado, desta forma o estado das coisas, não se alterou, ou seja o chicote só mudou de mãos, é deposto a monarquia espanhola , e assume o poder do Estado a burguesia latina, com intima concentração da entidade religiosa articulada a organizações políticas conservadoras na formação ideológica de dominação, essa junção foi a arma para pacificação da população.

Em realidade somente mudou a conotação do governo, já que a transição entre a forma do Estado Monárquico e a forma Estado Liberal inalterou o jugo sobre o povo, e o ato revolucionário mudou a forma mais não a essência do poder. A libertação ficou restrita na Proclamação de Independência, desta maneira a composição do núcleo do poder.

Os rearranjos de políticos primaram por manter todos os benefícios, privilégios e poder que sempre ostentou a corporação Eclesiástica na América Central desde o período das colônias nas províncias. A força da ideologia religiosa é mistificada no texto da Proclamação de

⁹ López de Gómara Historia General de las Indias, t. I, Talleres Gráficos Agustín Núñez, Barcelona, 1954, p. 365. Tradução do autor

¹⁰ 15 de setembro de 1821, independência de América Central.

Independência feita por José Cecilio del Valle¹¹ em onde se manifesta no primeiro artigo da seguinte maneira

Sendo a independência do Governo espanhol a vontade geral do povo da Guatemala, sem prejuízo para determinar nela Congresso a ser formado, o Sr. Chefe Político, enviá-lo postar para evitar as consequências seriam terríveis, no caso de proclamar que, de facto, as mesmas pessoas. (Proclamação de Independência da América Central, 1821)¹²

No artigo 10 da proclamação da independência a redação deixa clara a laicidade do Estado, ainda mais que a participação da Igreja Católica no poder político desde então, era vital para fomentar o esquema de ordem social;

Que a religião, que professamos nos séculos anteriores, e professar nos séculos sucessivos, conserve pura e inalterável, mantendo vivo o espírito de religiosidade que sempre distinguiu os ministros Guatemala respeitando, clero secular e regular, e protegendo-os em suas pessoas e bens. (HONDURAS; Proclamação de Independência da América Central, 1821).¹³

Mediante a última citação que se fez, apreciamos que as últimas palavras sobre a proteção das pessoas e dos bens, é um princípio do Contrato Social de Rousseau qual incita à preservação da propriedade privada, em qual se replicou também na Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão no seu artigo XVII o qual se refere; Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir evidentemente e sob condição de justa e prévia indemnização. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO; 1789)

Em 1824 instaurou o Estado Federal de América Central no qual fazendo uma comparação com a Proclamação de Independência de 1821 não mudou a perspectiva de Igreja dentro do “Estado Liberal”, ratificado no artigo 11 assim exposto: A sua religião é a católica,

¹¹ Secretario encargado da redação do Acta de Independência das Províncias da América Central.

¹² Que siendo la independencia del Gobierno Español la voluntad general del pueblo de Guatemala, y sin perjuicio de lo que determine sobre ella el Congreso que debe formarse, el señor Jefe Político, la mande publicar para prevenir las consecuencias que serían terribles, en el caso de que al proclamase de hecho el mismo pueblo. Tradução do autor

¹³ Que la religión, que hemos profesado en los siglos anteriores, y profesamos en los siglos sucesivos, se conserve pura e inalterable, manteniendo vivo el espíritu de religiosidad que ha distinguido siempre a Guatemala, respetando a los Ministros, eclesiásticos, seculares y regulares, y protegiéndoles en sus personas y propiedades. Tradução do autor

apostólica, romana com exclusão do exercício público de qualquer outra. (Constituição da República Federal da América Central, 1824)

A historicidade desse momento revela que dentro da câmara de deputados e senadores existiam pessoas clérigos que exerciam funções estatais. O movimento revolucionário francês de 1789 com sua ideologia iluminista, causou um movimento contra hegemônico dentro da América Central, embebido por esses ideais a principal figura da união da América central Francisco Morazán¹⁴, formulou as reformas morazanicas que culminou na divisão da Igreja e do Estado.

Nesse lapso de tempo se criaram conflitos internos, como guerras civis onde os conservadores da antiga ordem monárquica e liberais do Estado novo começaram a brigar uns para manter a ordem das coisas e os outros para desenvolver a região mediante a inclusão dos moradores dentro das políticas liberais¹⁵ dirigidas para a obtenção de melhores níveis de vida e um futuro laico, em onde se acolhe a qualquer pessoa sem importar do jeito que pense e sobre tudo, se tem ou não uma expressão religiosa; ademais para vencer por completo o espectro do passado colonial adicionalmente a estas políticas liberais aplicadas por Morazán, se implantaram outras medidas que foram contrárias à Igreja Católica para extinguir o poder da época colonial. Assim Morazán devolve a igreja seu trabalho da ‘ação salvadora de Cristo na terra’, foi imposto a igreja o deísmo, que separou o Estado da igreja, confiscou os bens eclesiásticos, suprimiu as ordens religiosas e lhes retirou o controle que tinha sobre a educação, com o fim de reduzir seu poder diminuir seus privilégios.

Posteriormente à morte de Francisco Morazán em 1842, quebra-se o movimento unificador da América Central paralisando a conclusão da República Federal da América Central, a consequência da não consolidação da unificação dos estados resultou na desintegração dessa federação e instaurou a conformação dos estados independentes.

Desta deslocação nasceu o Estado de Honduras, na qual durante o século XIX e século XX foi um ambiente muito convulsionado para a vida do país, especialmente, as lutas conservadoras e liberais se condensaram internamente, desencadeando violentas guerras civis.

¹⁴ Presidente da República Federal de Centro América no período de 1827-1838

¹⁵ Dentro das políticas liberais se encontravam as seguintes: A educação, construindo escolas e estradas, a liberdade de expression. O libre comercio, a inversão estrangeira, a imigração, a liberdade de religião, o matrimonio e o divorcio secular.

E a formação de governos fantoches, porque o governo central hondurenho não tinha o poder real, já que as oligarquias mineiras e bananeira regiam a direção do Estado.

O conjunto das oligarquias estabeleceram os governos militares para conter a ideologia socialista na América Latina esse golpe foi apoiado pelos Estados Unidos, na década de 50. Nesse momento cronológico a Igreja Católica se posiciona nos bastidores dos golpes de estados ocorridos em toda América Latina. Após trinta anos de ditadura é restabelecida 1982, a democracia em Honduras consagrada na carta magna ou Constituição da República de Honduras. Dentro desta se estipulam artigos que manifesta o corte da relação entre o Estado e a igreja, afirmando a sua laicidade, esse enunciado pode ser observado no artigo 77 da vigente Constituição hondurenha, a qual pregoa o seguinte:

Os ministros de diferentes religiões, não poderão ocupar um cargo público ou se envolver em qualquer forma de propaganda política, invocando motivos religiosos ou fazendo uso como médios para esse fim, as crenças religiosas das pessoas. (Constituição da República de Honduras, 1982)¹⁶

Na teoria poderia se dizer que o poder da Igreja Católica foi abolido segundo lei, contudo na práxis essas normativas não se efetiva, ou seja, no amago do estado hondurenho a organização religiosa tem uma vinculação ideológica muito forte ao poder estatal, essa conexão é coloca estrategicamente na religiosidade do povo hondurenho, para seguir ideologia de dominação estatal através do doutrinamento confessional religioso.

É interessante observar que para a realização realmente do poder político, a organização de extrema direita hondurenha necessita mais que o poder de opressão do aparelho estatal. A função ideológica da instituição religiosa detém o controle quase totalitário do povo de Honduras. As antigas táticas evangelizadoras ainda surtem efeito na aceitabilidade de processos de opressão. Eventualmente podemos perceber uma rusga entre essas instâncias na luta de poder entre a Igreja e o Estado, luta que se expressa em populações aonde se tem uma fraca visão analítica do mundo e que geralmente o sistema dogmático prevalece, ficando

¹⁶ Los ministros de las diversas religiones, no podrán ejercer cargos públicos ni hacer en ninguna forma propaganda política, invocando motivos de religión o valiéndose, como medio para tal fin, de las creencias religiosas del pueblo. Tradução do autor

uma comunidade com uma nação de temor ante o místico e religioso, sendo um efeito *sui generis*¹⁷ quando este se logra romper geralmente como foi o Golpe de Estado de 2009.

Em conformidade com Marx a emancipação humana acontece entre outras determinações na ruptura das relações opressivas entre Estado e religião

O homem se emancipa politicamente da religião, banindo-a do direito público para o direito privado. Ela não é mais o espírito do Estado, no qual o homem – ainda que de modo limitado, sob formas bem particulares e dentro de uma esfera específica – se comporta como ente genérico em comunidade com outros homens; ela passou a ser o espírito da sociedade burguesa, a esfera do egoísmo, do bellum omnium contra omnes [da guerra de todos contra todos]. Ela não é mais a essência da comunidade, mas a essência da diferença. Ela se tornou expressão da separação entre o homem e sua comunidade, entre si mesmo e os demais homens-como era originalmente. Ela já não passa de uma profissão abstrata da perversidade particular, do capricho privado, da arbitrariedade. (MARX;2010; p.42)

A conjuntura política de Honduras em 2009 estava conturbada economicamente, uma vez que, como em qualquer parte da América Latina de economia dependente ditada pelos países de centralidade do capitalismo financerizado, quando as crises cíclicas do capital atingem esses polos de centralidade, o reflexo no capitalismo periférico é devastador. Neste cenário a Igreja e as composições políticas de extrema direita estavam perdendo poder com o governo do presidente deposto, José Manuel Zelaya Rosales ‘Mel Zelaya’, já que as propostas do Socialismo do Século XXI eram uma oportunidade para a emancipação política e social para a população hondurenha. Todavia ficou evidente que com o Governo do Poder Cidadão¹⁸ (De corte progressista, popular) os poderosos (Econômicos políticos e religiosos).

Esse direcionamento político do presidente deposto tinha influenciado ao povo hondurenho, para a luta de classes como necessária, para obter a justiça social, ademais a consciência política dos cidadãos hondurenhos, pressionavam os governos para não outorgar a assistência social como um senso das questões filantrópicas ou voluntárias, e sim a partir da concepção dos direitos sociais, que o Estado deve executar através de políticas públicas o acesso a esses direitos.

¹⁷ O termo *Sui generis*, de origem [latina](#), significa, literalmente, "de seu próprio gênero", ou seja, "único em seu gênero. ”.

¹⁸ Lema do governo de José Manuel Zelaya Rosales

De forma que se criaram novos processos para o desenvolvimento da população como ser a outorgarão de terras a camponeses, impulso da educação com programa de zero analfabetismo, aumento do salário mínimo etc.- Estas ações são similares à que Morazán propôs na reforma liberal quando foi o governo da Federação da América Central.

A confluência desse entendimento na sociedade hondurenha, gerou conflitos de interesses e dentro dessa contradição estava os interesses de retomada de poder da Igreja, a cúpula dominante dessa instituição, estão mais ligados ao do governo central (Arquidiocese de Tegucigalpa), tomando uma posição reacionária, já que se sentem ameaçados pela instauração de um regime que promove a inclusão social, porque isto cria conseqüentemente uma contra-hegemonia, pelo aceso que as pessoas tem sobre à riqueza socialmente produzida, esse processo pode levar à emancipação política, social, econômica e cultural, fraturando a ordem das coisas, tornando-se uma verdadeira democracia, em onde o soberano é o povo.

Segundo Bobbio

É útil recordar o exemplo histórico que Gramsci tem em mente quando fala de hegemonia contrapondo-a à dominação direta: o exemplo é a Igreja católica entendida como "o aparato de hegemonia do grupo dirigente, que não possuía um aparato próprio, isto é, não tinha uma organização cultural e intelectual própria, mas sentia como tal a organização eclesiástica universal". (BOBBIO;2007; p.56)

Durante a atuação do Golpe de Estado a Arquidioceses de Tegucigalpa, na figura representativa do Cardinal Oscar Andrés Rodríguez Maradiaga, se colocou a favor da linha golpista, o Cardial era uma das figuras públicas do Golpe de Estado. Foi redigida e pronunciada em cadeia nacional dia 3 de julho de 2009 (5 dias depois do Golpe de Estado) uma carta feita pela Conferência Episcopal de Honduras, discurso no qual se manifestou o posicionamento da Igreja Católica de hondurenha. O desenvolvimento da mesma foi uma mensagem de paz e reconciliação do povo hondurenho, mas também foi a justificação da instauração do novo governo de facto que prescindia Roberto Micheletti Bain¹⁹. O mais inaudito foi quando fez a expressão em cadeia nacional:

E uma chamada para o amigo José Manuel Zelaya, no dia de sua posse, você citou claramente três mandamentos da lei de Deus: não mentir, não roubar, não matar. Considere se uma ação precipitada, um retorno ao país neste

momento, poderia provocar um banho de sangue, eu sei que você ama a vida, eu sei que você respeita a vida, até hoje não morreu nem um hondurenho, por favor, medite porque então seria tarde demais. (TRECHO DA DECLARAÇÃO DA ARQUIDIOCESE HONDURENHA, 2009).²⁰

Diante do golpe a magnitude da divisão social foi eminente. Paradoxalmente esta divisão se manifestou dentro Igreja Católica, porque alguns segmentos dessa instituição se negaram a assinar a carta que apresentou o Cardinal Rodríguez. Esta fração da Igreja são os que trabalham com as populações pobres. O bispo mais beligerante que estava em contra o Golpe de Estado foi Luís Alfonso Santos, bispo das dioceses de Copán (Ocidente de Honduras) o qual proclamou o seu posicionamento contrário a violação da democracia.

Com a instauração do governo de facto em Honduras, as concentrações mais reacionário-religiosas (Entre elas os membros da ordem Opus Dei) se colocaram nos postos de maior relevância (Como as secretarias de Estado), em onde se colocaram contra as organizações de sociedade civil as que tinham avançado nos temas da saúde sexual, diversidade sexual, cultura (Limitação das artes plásticas, música, literatura, dança porque eram considerados comunistas, de fato a Secretaria de Estado no Despacho de Cultura e Artes queimou uma coleção de livros porque eram opostos ao governo de facto) anticoncepcional (Pastilhas do dia seguinte) .

Diante disso todo o descontento popular se intensificou, fazendo surgir a Frente Nacional de Resistencia Popular Contra o Golpe de Estado (FNRP) ou simplesmente chamada resistência hondurenha, a qual demarcou uma base de luta conformada pelas organizações de todos os setores da sociedade civil hondurenha tem proporcionado a luta social que se confronta desde a morte da sua democracia que foi desde o 28 de junho de 2009. Durante este lapso de tempo, tem sido de confrontações diretas na qual o cidadão luta pelos seus direitos mais elementar nos diferentes frentes políticos, por enquanto geralmente não existe um consenso entre a população e o governo (O governo não sede às petições expressadas pelo soberano), por isso sempre estes enviam a os seus órgãos de repressão provocando

²⁰ Y un llamado al amigo José Manuel Zelaya, el día de su toma de posesión, Usted citó claramente tres mandamientos de la Santa Ley de Dios: No mentir, no robar, no matar.

Pensemos si una acción precipitada, un regreso al país en este momento, podría desatar un baño de sangre, sé que Usted ama la vida, sé que Usted respeta la vida , hasta el día de hoy no ha muerto ni un hondureño, por favor medite, porque después sería demasiado tarde. Esta cadeia está disponível em duas partes.

desestabilizações diretas na ação da classe trabalhadora (mediante a morte e torturas aos líderes políticos, sindicais, às pessoas que lutam pelos direitos humanos.

4- À GUIA DE UMA CONCLUSÃO: Muita Luta, Por Vir

A conjuntura política do estado de Honduras, é um ponto de incisivo no debate sobre hegemonia, e ideologia como instrumento de dominação, o contexto paradoxal e anacrônico se limita a dominação pela via da opressão, como abre-se possibilidades de uma para a formação de uma ideologia emancipatória de contra hegemonia.

As análises gramscianas sobre hegemonia e consenso dão subsídios para compreender o atual cenário hondurenho de golpe de Estado, que reutiliza as práticas ancestrais de dominação via dogmatismos e alienação encortinada pela denominação de religião. A instituição Igreja Católica, é a instancia de poder que perpassa o consenso da ideologia dominante, seu status de Estado independente coloca essa organização como disseminadora de aportes de submissão.

O governo ilegítimo, que se instaurou em Honduras, tem na representatividade da igreja seu maior instrumento na busca por consenso. Os movimentos libertários de Honduras trazem na centralidade de sua reivindicação o rompimento da manipulação da Igreja Católica.

Essa instituição mascara seu verdadeiro posicionamento político, buscando ocultar da vida pública seus reais interesses, atualmente a igreja tem se distanciado da imagem pública do atual governo. Contudo é de conhecimento público que a Arquidiocese de Tegucigalpa cria estratégias para manter o poder dentro do Estado hondurenho, especialmente na execução das políticas sociais em Honduras que se tornam a moeda de troca de domesticação das parcelas mais vulneráveis da população hondurenha, desta forma as esparsas políticas públicas são fragmentadas, o direito social configura-se nesse quadro de ilegitimidade do poder, na barganha da indulgência da Igreja.

Neste quadro político do sagrado profano hondurenho, a Igreja barganha o acesso ao poder desde o Golpe de Estado, à população que discorda com o direcionamento das organizações eclesiais, tem rompido com essa instituição. As duas faces do Golpe de Estado em Honduras são os núcleos de poder, que se materializam nas ferramentas de alienação, dominação e opressão desse povo.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. **¿Adiós al trabajo? Ensayo sobre las metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo**. San Paulo, Cortez, (Biblioteca latino americana de Servicio Social, vol. 7), 2001.

_____. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. San Paulo, Boitempo, 1999.

BOBBIO, Norberto, **Estado Governo Sociedade: Para uma teoria geral da Política**. São Paulo, Editora Paz e Terra, Edição no.14, 2007

_____. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo, Editora Brasiliense 4ta Edição, 2000.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. (Equipe de trad. PUCCAMP) 2a ed. Campinas: Papirus, 1988. [pp. 19-62].

CEDOH. **Golpe de Estado: Partidos, instituciones y cultura política**, Tegucigalpa, Honduras, 2010.

ENGELS, Federico. **La Situación de la Clase Obrera en Inglaterra**, Disponible em: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/1840s/situacion/situacion.doc>> Acesso: 15/06/2016

FERNANDES, Florestan. **Marx e Engels**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

GRAMSCI, Antonio-1891-1973. **Poder, Política e Partido/ Emir Sade ; tradução: Eliana Aguiar**. 2º ed. São Paulo- Expressão Popular.2012

HARVEY, David. **A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Loyola,1993.^[1]_[2]^[3]_[4]

HONDURAS. **Constituição da República de Honduras**. Tegucigalpa, Honduras, 1982. Edición 2005 Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_de_Honduras.pdf> Acesso: 1/06/2016

INTERDONATO, Francisco. **Relaciones de la Iglesia y El Estadom la Nueva Constitución del Perú**. Disponível em :

< <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5084938.pdf>>, Acesso: 1/07/2016.

KARL,Marx, 1818-1883.**Sobre a questão judaica / Karl Marx ; apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant].- São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em:< <http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/03/Karl-Marx-Sobre-a-questao-Judaica.pdf>> Acesso em: 14/08/2016**

MOTA, Luis. UAL. **Uma Releitura Crítica do Consenso em Torno do Sistema Westfaliano**. Vol. 3, n.º 2 (outono 2012), pp. 17-43. Disponível em: <http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol3_n2/pt/pt_vol3_n2 Acesso: 25/7/2016

ONU. **Declaração Universal dos Diretos Humanos**, 1948. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/ABCAnnexssp.pdf>, Acesso: 1/06/2016

PIMENTA, Eli. **A Igreja na Sociedade Moderna Segundo Gramsci**, Perspectivas, São Paulo; 7:59-73, 1984.

PROVINCIAS UNIDAS DE CENTRO AMÉRICA. **Acta de Independencia** 1821. Disponível em <<http://bibliohistorico.juridicas.unam.mx/libros/4/1575/7.pdf>> Acesso: 5/07/2016.

REPÚBLICA FEDERAL DE AMÉRICA CENTRAL.- Constituição da República Federal da América Central, 1824, Disponível em:

REYES, Jesús. La Iglesia y el Estado. Para la Memoria Histórica

RODRIGUES, Afonso. **Igreja e Estado**. São Paulo, Movimento a Serviço da Rainha, 1975.

ROUSSEAU, Jean Jaques. **Contrato Social o Princípios de Derecho Político**. Editado 1999, www.elaleph.com, página 10. Disponível em: <<http://www.enxarxa.com/biblioteca/ROUSSEAU%20EI%20Contrato%20Social.pdf>>.

MOOG, Ana Maria. **A Igreja na República**, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

SCHALLENBERGER, Erneldo, **Associativismo Cristão e Desenvolvimento Comunitário: Imigração e Produção Social de Espaço Colonial no Sul do Brasil**. Cascavel, Edunioeste, 2009.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira: Ou Como o País Se Deixa Manipular pela Elite**. São Paulo, Leya, 2015.

VATICANO. **Tratado de Letrão**. 1929. Disponível em: <<http://www.vaticanstate.va/content/dam/vaticanstate/documenti/leggi-e-decreti/TratadoentrelaSantaSedeItalia.pdf>> Acesso: 1/07/2016.

VATICANO. **Gaudium et Spes**. 1965. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso: 3/07/2016.

WEFFORT, Francisco. **Os Clássicos da Política**, Editora Ática, Volume 1 e 2, São Paulo, 2011.

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI

Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia

Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação

23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE

Anais da Jornada: ISSN 2526-6950